

O SURGIMENTO DO MODERNO PRÍNCIPE NEOPENTECOSTAL A PARTIR DA DEFASAGEM DOS PARTIDOS POLÍTICOS COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA

EL SURGIMIENTO DEL MODERNO PRÍNCIPE NEO-PENTECOSTAL A PARTIR DEL DESFAJAJE DE LOS PARTIDOS POLÍTICOS COMO FORMA DE ORGANIZACIÓN COLECTIVA

THE EMERGENCE OF THE MODERN NEO-PENTECOSTAL PRINCE FROM THE LAG OF POLITICAL PARTIES AS A FORM OF COLLECTIVE ORGANIZATION

Renan Augusto CARVALHO¹

RESUMO: As experiências exitosas no século XX de combinação entre capitalismo e democracia permitia confirmar o diagnóstico de Gramsci a partir da releitura de Maquiavel: os partidos políticos seriam capazes de realizar uma determinada organização cultural e societária. No entanto, no caso brasileiro, tais organizações aparecem com maior vigor na vida pública pós abertura democrática, situado em um ambiente global de uma diminuta atuação destas associações. Tendo em vista a perda desse espaço de atuação, o presente trabalho aborda a ação do neopentecostalismo na reconfiguração do moderno príncipe, realizando uma determinada vontade coletiva e reatualizando o cenário político institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Partidos políticos. Vontade coletiva. Moderno príncipe. Neopentecostalismo.

RESUMEN: *Las experiencias exitosas en el siglo XX de mezcla entre capitalismo y democracia permitió confirmar el diagnóstico de Gramsci a partir de la relectura de Maquiavelo: los partidos políticos serían capaces de hacer una determinada organización cultural y societaria. Sin embargo, en la situación brasileña, esas organizaciones aparecen con mayor fuerza en la vida pública tras la apertura democrática, localizado en un ambiente global de una diminuta actuación de esas asociaciones. Teniendo en vista la perdida de ese espacio de actuación, este trabajo aborda la acción del neo-pentecostalismo en la reconfiguración del moderno príncipe, haciendo una determinada voluntad colectiva y reactualizando el escenario político institucional.*

PALABRAS CLAVE: *Partidos políticos. Voluntad colectiva. Moderno príncipe. Neopentecostalismo.*

ABSTRACT: *The 20th century's successful experiences of combining capitalism and democracy allowed Gramsci's diagnosis to be confirmed from the rereading of Machiavelli: political parties would be capable of creating a particular cultural and societal organization.*

¹ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara – SP – Brasil. Graduando em Ciências Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2391-7260>. E-mail: renan.carvalho@unesp.br

However, in the Brazilian case, such organizations appear with greater vigor in public life after democratic opening, situated in a global environment of the diminished performance of these associations. Beholding the loss of this space of action, the present work addresses the action of neo-pentecostalism in the reconfiguration of the modern prince, achieving a certain collective will and re-updating the institutional political scenario.

KEYWORDS: *Political parties. Collective will. Modern prince. Neo-pentecostalism.*

Introdução

Nos últimos anos foi possível observar no cenário político brasileiro a profusão de atores provenientes da religião evangélica. Por vezes tendo maior coesão coletiva do que organizações tradicionais, eles foram responsáveis por reorientar políticas sociais e pautar a opinião pública acerca de problemáticas da sociedade que, em virtude da delicadeza de seu tema, demandaria um amplo debate nacional.

Sua atuação política, no entanto, não é mero acaso histórico. Ao contrário, ela está centrada em uma dimensão lógica que identifica os dilemas da sociedade brasileira e atua justamente em sua mediação e resolução.

Gramsci e partido político no Brasil

Foi historicamente compreendido que Maquiavel destinou sua obra a Lourenço de Médici, abordando um determinado conjunto de princípios que o príncipe inexoravelmente haveria de ter para uma boa governabilidade. Após séculos transcorridos, surge o questionamento: a quem verdadeiramente o autor italiano dedicava sua obra? Haveria a necessidade de uma família composta por herdeiros do trono ter noção acerca de tais questões políticas?

Gramsci (2007) nos aponta que possivelmente o objetivo de Maquiavel não era promover uma formação doutrinária ao príncipe para que este levasse a cabo a necessária formação do Estado italiano. O que estava ali colocado era sua mensagem destinada ao povo, na medida em que é possível traçar um conjunto de aspectos constitutivos da vida política que tal ator seria o principal agente.

A compreensão da obra em seu contexto é de maior relevância do que a identificação de seu público-alvo. Em um período, portanto, de grande instabilidade política situada no cenário italiano, o príncipe deve ter um conjunto de valores para a resolução de tais conflitos e na consolidação do Estado-nação. Maquiavel conhecia de pertos esses conflitos, não apenas por

ser historiador e filósofo, mas também pela atuação como diplomata e conselheiro da República Florentina. No entanto, ele é um homem de seu tempo, sendo necessário que a compreensão seja situada a partir desta premissa básica. Neste sentido, Gramsci destaca as particularidades de tal período:

1) das lutas internas da república florentina e da estrutura particular do Estado que não sabia libertar-se dos resíduos comunal-municipais, isto é, de uma forma bloqueadora de feudalismo; 2) das lutas entre os Estados italianos por um equilíbrio no âmbito italiano, que era obstaculizado pela existência do Papado e dos outros resíduos feudais, municipalistas, da forma estatal cidadina e não territorial; 3) das lutas dos Estados italianos mais ou menos solidários por um equilíbrio europeu, ou seja, das contradições entre as necessidades de um equilíbrio interno italiano e as exigências dos Estados europeus em luta pela hegemonia (GRAMSCI, 2007, p. 29).

A partir desses pormenores dos objetivos que visa seu trabalho, o príncipe quinhentista teria o propósito de desempenhar a função organizativa da sociedade e da cultura nacional. Caberia, portanto, atuar em uma determinada área em que se buscava sua homogeneização contendo em si alguns dispositivos básicos ainda que dispersos, como língua, costumes e valores.

Em um período de agitações políticas de outra ordem, Gramsci (2007) retoma Maquiavel visando a compreensão dos motivos de fracasso da revolução na Itália e busca ressignificar uma compreensão marxista acerca da política. Desde as obras de Marx, o entendimento da política democrática pelos socialistas, como modo de operar a política no interior do Estado, só era possível tendo em vista a manutenção do poder pela classe dominante, a burguesia. A partir desta concepção, entendia-se que toda mudança qualitativa da situação do proletariado seria através da revolução que almejava o comunismo, pressuposto esse que excluía a democracia representativa, resultando na negação da própria política. Ao retomar Maquiavel, portanto, a política partidária para Gramsci passa a ter um viés positivo, ao ponto de o partido político realizar as funções que eram destinadas anteriormente ao príncipe, no que toca sua capacidade de organização cultural e societária.

Dado tais dimensões deste processo, é inegável que o partido político possui grande importância para a realização da política. Como destacável relevância, a competição partidária foi capaz de unir dois polos antagônicos no século XX: capitalismo e democracia.

Muitos pensadores acreditavam que ambas as esferas eram incompatíveis entre si. Essa era uma constatação comum entre dois autores distintos em suas orientações, como Stuart Mill e Marx, por exemplo. Segundo Offe (1984), o primeiro afirmava que na ocorrência da “política democrática de massa”, os caros valores ao liberalismo estariam sendo ameaçados, qual seja, a

liberdade e a independência. Marx, a seu modo, analisou a “constituição democrática francesa de 1848 como uma forma política que exacerbava as contradições sociais” (OFFE, 1984, p. 356), solapando os valores sustentadores da sociedade burguesa.

Ao contrário do que Mill e Marx esperavam, o sistema capitalista e a democracia representativa continuaram a existir de modo simultâneo. Isso só foi possível pois a competição partidária, em conjunção com o modelo econômico de welfare state keynesiano, permitiram arranjar um modelo de regime que as tradições intelectuais do século XIX encaravam como inconciliáveis. No entanto, ao trabalho em questão ser considerado um estudo de tendência do século XX, Offe alerta para o fato de este modelo estar sendo paulatinamente colocado em questão:

É possível argumentar (...) que a forma de participação política das massas baseada no e canalizada através do sistema partidário (i.e., de acordo com os princípios da representação territorial, da competição partidária e da representação parlamentar) já esgotou grande parte da sua utilidade para conciliar o capitalismo e a política de massas. Isto parece acontecer porque a forma política do partido está sendo cada vez mais ultrapassada e substituída por outras práticas e processos de participação e representação política (OFFE, 1986, p. 367).

É necessário levantar uma consideração a partir dessa problemática no caso brasileiro. Para Offe, a forma de conciliação entre capitalismo e democracia estava situada entre as décadas de 1930 até 1970, período em que aspectos de sua crise começa a surgir. No entanto, tal período no Brasil é marcado pela ocorrência de dois regimes ditatoriais distintos intercalado por uma vaga experiência democrática, inviabilizando o mesmo acontecimento histórico.

Uma outra dimensão do mesmo problema é a tentativa do movimento empreendido a partir da Constituição Federal de 1988. A partir de um processo de “*catching up* social”, o Brasil poderia identificar quais foram as experiências historicamente vantajosas que poderiam ser adotadas em um ambiente democrático. No entanto, o período em questão está situado em uma nova configuração global de governabilidade, destacando-se medidas de menor atuação estatal (DARDOT; LAVAL, 2016; KERSTENETZKY, 2012).

Nesse sentido, na medida que houvesse uma inviabilidade da atuação dos partidos políticos enquanto organizador da cultura dada a ausência de um ambiente propício – com exceção do papel crucial do Partido dos Trabalhadores (PT) no processo de abertura democrática –, há o surgimento de um novo ator social que reivindica tais meios: o neopentecostalismo.

O fenômeno político do neopentecostalismo

Representando uma grande força no campo religioso a partir da década de 1970 no Brasil, a religião neopentecostal abarca, em sua maioria, indivíduos de estratos inferiores da camada social. Nesse sentido, seu principal foco diretivo está centrado numa inversão de valores na concepção do protestantismo: no momento de conversão de sua alma, o indivíduo não busca prioritariamente a fé eterna; ao contrário, ela está direcionada a angariar ganhos terrestres. Em outras palavras, é o que ficou comumente conhecido como Teologia da Prosperidade (BURNATELLI; LAHUERTA, 2014; FRESTON, 1993).

Somado a busca pela prosperidade, as igrejas neopentecostais estão centradas pelo empenho da cura e libertação. A partir das críticas estabelecidas por esse segmento religioso, Mariz elenca um conjunto de caracterizações dessas igrejas:

- Serem imediatistas, buscarem soluções pragmáticas;
- Oferecem soluções mágicas apelando para a superstição popular;
- Praticarem charlatanismo (fazerem ou prometerem falsas curas ou curas impossíveis. Ordenando, por exemplo, que os fiéis quebrem seus óculos);
- Apelarem para o emocionalismo;
- Carecerem de teologia, não usarem a bíblia suficientemente, adotarem um cristianismo superficial;
- Não enfatizarem uma proposta ética e moral (MARIZ, 1995, p. 42).

Para os propósitos deste trabalho, interessa ressaltar que há uma clara distinção entre os pentecostais tradicionais e os neopentecostais: sua relação proposta entre religião e política. Na medida em que os primeiros buscam o distanciamento da política, os segundos prezam sua aproximação, adotando perspectivas de cunho clientelista em suas diretrizes (MARIZ, 1995).

A partir disto, cabe um resgate de Gramsci para a compreensão dessa problemática. Foi alertado anteriormente que os partidos políticos no Brasil emergiram pós abertura democrática em um ambiente instável quanto a resolução de seus papéis organizacionais. Esse processo permite a origem de uma nova forma de organização, atuando nos espaços que eram próprias destas associações políticas. Essa possibilidade é bem destacada pelo cientista político italiano:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada principalmente na ação (GRAMSCI, 2007, p. 16).

E mais adiante:

O moderno Príncipe não deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar

o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna (GRAMSCI, 2007, p. 18).

O movimento neopentecostal, na medida que assume o papel do moderno Príncipe, aborda um conjunto de variáveis que estão relacionados a uma determinada vontade coletiva. Em primeiro lugar, está um acentuado processo de individualização – identificado na figura do indivíduo empreendedor (BURNATELLI; LAHUERTA, 2014) – no sentido de seus ganhos materiais estarem orientados a um processo coletivo de ofertas e dízimos. A partir disso, as recorrentes realidades testemunhadas de prosperidade – uma certa ritualização do processo da penúria à opulência, do fracasso à abundância – fundamentam e legitimam ambos os mecanismos. Esse capital econômico, inclusive, será um dos filtros para a seleção dos religiosos que se lançam à política.

Em segundo lugar, ainda que na formação do neopentecostalismo haja uma grande simbiose com religiões de matrizes africanas, há nas suas práticas internas uma produção massiva de inimigos a serem combatidos, no qual seu principal alvo será as religiões afro-brasileiras (ORO, 2006).

Por fim, a última variável é a síntese de todo esse processo. A confluência de cada vez mais atores políticos desta vertente disputando eleições nos mais diversos âmbitos, incorpora todas essas dimensões na defesa desse grupo particular. Ao invés de se aterem a uma demanda eminentemente de caráter público, tais segmentos se destinam a representar seus vieses particulares de cunho majoritariamente conservador.

Conforme salientado anteriormente, o movimento pentecostal era compreendido por uma certa distância entre religião e política. No momento em que tanto o pentecostalismo como o neopentecostalismo se apresentam como o novo organizador de uma determinada vontade coletiva, alguns aspectos são constitutivos dessa mudança de vertente. Freston elenca três delas:

Aspectos do sistema político (como sistema eleitoral proporcional e partidos fracos), da conjuntura política e econômica da Nova República (de redemocratização política no contexto econômico da “década perdida”), e da evolução interna da AD² (superposição de um mínimo de estruturação das Convenções com o “totalitarismo” sectário) facilitaram a mobilização eleitoral dos fiéis e a inserção político-partidária (FRESTON, 1993, p. 181).

O movimento político das igrejas evangélicas – incluindo aqui tanto os segmentos pentecostais quanto os neopentecostais – buscam uma acentuada diferenciação dos aspectos que rondam as organizações políticas tradicionais. Na formulação de suas narrativas e

² Assembleia de Deus.

programas eleitorais, seu compromisso não é moldado destinando uma ampla adesão de eleitores; tais segmentos, ao contrário, buscam a identificação com os adeptos do protestantismo.

Esse fato está relacionado ao exercício do voto por parte do cidadão. Há toda uma literatura acadêmica, sobretudo os trabalhos produzidos a partir da teoria da escolha racional, que dotam de um racionalismo a ação de escolha do candidato por parte do eleitor (DOWNS, 1999). No caso em questão, os instrumentais dispostos pelos líderes políticos provenientes das igrejas evangélicas produzem um efeito mais eficaz nesse empreendimento: a resposta esperada por eles pelos indivíduos está centrada em um movimento de identificação, na medida que sua base eleitoral é majoritariamente evangélica.

Além do mais, ao passo que os partidos buscam seus possíveis candidatos a partir de posições de destaques na sociedade civil, há uma tendência – com especial destaque à Assembleia de Deus – de filiação dos candidatos em um ambiente interno. Nesse sentido, os indivíduos são encontrados e escolhidos no interior das igrejas, com exceção dos empresários.

Freston ainda apresenta uma variedade de alternância de legendas partidárias e vertentes ideológicas que um mesmo político evangélico experienciou durante sua trajetória política. Segundo o próprio autor, isso acontece em decorrência de uma acentuação de um “anti-partidarismo devido à estrutura sectária” (FRESTON, 1993, p. 207). Assim, é possível realizar uma consideração.

Foi apresentado a “aventura política” das igrejas evangélicas enquanto um descompromisso com os mecanismos políticos de mediação existentes (MARIZ, 1995). Somada a este fato, há um progressivo descrédito da capacidade dos partidos políticos em apreenderem e realizarem uma determinada vontade coletiva. Ora, o anti-partidarismo abordado por Freston nada mais é que o elemento natural da lógica de operação desses grupos, dado que suas propostas não são destinadas ao conjunto da sociedade e os partidos são meras formalidades para adentrarem institucionalmente à disputa eleitoral.

Visto que se remetem a um eleitorado protestante, tais políticos realizam o contraponto daquilo que Mitchels identificou nos partidos políticos: conforme ocorre sua profissionalização, há uma necessidade de desradicalização de suas bases partidárias, realizando assim uma perda de identificação aos filiados dos partidos (MITCHELS, 1911). Ao se direcionar nessa contramão, a relação empreendida com sua base eleitoral é destituída de mediações burocráticas e institucionais, produzindo maior coesão na formatação da vontade coletiva e possibilitando um acabamento maior de hegemonia cultural (GRAMSCI, 2007).

Ao tocante a disputa de hegemonia, os políticos evangélicos estabelecem em suas narrativas um conjunto de defesas morais e culturais que produzem efeito direto em seu eleitorado (FRESTON, 1993; MARIZ, 1995). Tais atos de defesas (afrente às religiões afro-brasileiras e postura anticomunista) não são meramente defensivas: é o príncipe moderno em ação, buscando homogeneizar suas perspectivas culturais e valorativas.

Além do mais, o projeto em questão realiza uma releitura bíblica de suas posturas. O evangélico não é mais compreendido como distanciado da política, sendo de seu escopo realizar seu “destino político manifesto” (FRESTON, 1993, p. 213).

Considerações finais

O recente desenrolar das religiões evangélicas permite demonstrar uma mudança de postura em um período recente. Não é por acaso que se verifica cada vez mais um maior número de políticos que advém desse segmento religioso.

Sua estratégia política, no entanto, não é meramente algo simplista no jogo político. A partir da tendência da derrocada do papel dos partidos políticos em um contexto global e a instabilidade de atuação no cenário político pós abertura democrática, os segmentos religiosos – o pentecostalismo e o neopentecostalismo – tende a desempenhar uma função mais eficaz nesse ambiente político.

Tendo como principal eleitor a base protestante, o político em questão traz consigo um determinado conjunto de mecanismos distintos daqueles dispostos por partidos políticos. Sua diferenciação está centrada numa narrativa mais enérgica colocada em questões sociais, moralistas e culturais, sem a devida preocupação de ter posturas moderadas para angariar uma maior quantidade de votos.

Nesse sentido, ao passo que o moderno Príncipe não é necessariamente o partido político – devido a sua inviabilidade atual –, os segmentos evangélicos tomam para si esse espaço de atuação na perspectiva de realizar uma vontade coletiva já em ação, aglutinando consigo forças políticas até então dispersas. A partir do exposto, pode se concluir que, ao contrário de qualquer outra força social, tais segmentos foram mais perspicazes na construção de uma estratégia política no qual se estabelece uma identidade cultural e política.

REFERÊNCIAS

BURNATELLI, G.; LAHUERTA, M. O neopentecostalismo e os dilemas da modernidade periférica sob o signo do novo desenvolvimentismo brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência**

Política, Brasília (DF), n. 14, p. 57-82, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/issue/view/144>. Acesso em: 27 jul. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

FRESTON, P. **Protestantes e política no Brasil**: da constituinte ao impeachment. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1993.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARIZ, C. Perspectivas sociológicas sobre o pentecostalismo e o neopentecostalismo. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo (SP), n. 13, p. 37-52, 1995. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/culturateo/issue/view/972>. Acesso em: 27 jul. 2020.

OFFE, C. A democracia partidária competitiva e o “welfare state” keynesiano: fatores de estabilidade e desorganização. *In*: **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

ORO, A. P. O “neopentecostalismo macumbeiro”. **Revista USP**, São Paulo (SP), n. 68, p. 319-332, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/1069>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Como referenciar este artigo

CARVALHO, R. A. O surgimento do moderno príncipe neopentecostal a partir da defasagem dos partidos políticos como forma de organização coletiva. **Rev. Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, e021009, jan./dez. 2021. e-ISSN 2358-4238. DOI: <https://doi.org/10.29373/sas.v10i00.14006>

Submetido em: 03/11/2020

Aprovado em: 15/06/2021

Publicado em: 30/06/2021